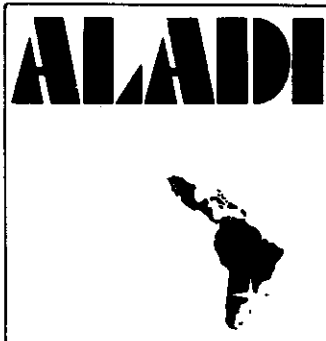


# Secretaría General



Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

437

PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ACORDO  
DE ALCANCE PARCIAL SUBSCRITO EN  
TRE O BRASIL E A VENEZUELA (ACOR  
DO No. 13)

ALADI/SEC/di 25.8/Rev. 1  
30 de abril de 1982

Os plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República da Venezuela, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, segundo poderes apresentados em boa e devida forma, convêm em celebrar o seguinte Acordo de alcance parcial tendo em vista o disposto nas Resoluções 1 e 2 do Conselho de Ministros da Associação, no que corresponder, e que se regerá pelos seguintes dispositivos:

## CAPÍTULO I

### Objetivo do Acordo

Artigo 1o.- O presente Acordo tem por objetivo incorporar ao esquema de integração estabelecido pelo Tratado de Montevideú 1980 os resultados da renegociação prevista pela Resolução 1 do Conselho de Ministros, em cumprimento dos seguintes critérios:

- a) fortalecer e dinamizar as correntes de comércio canalizadas através das concessões, em forma compatível com as diferentes políticas econômicas e a consolidação do processo de integração, tanto regional como sub-regional, das Partes Contratantes;
- b) corrigir os desequilíbrios quantitativos das correntes de comércio de produtos negociados e promover a maior participação dos produtos manufaturados e semi manufaturados naquele comércio, preferentemente através do aprofundamento ou ampliação de concessão;
- c) considerar os efeitos das diferentes políticas econômicas das Partes Contratantes;
- d) aplicar tratamentos diferenciais segundo as três categorias de países; e
- e) considerar, na medida do possível, a situação especial de alguns produtos das Partes Contratantes.

## CAPÍTULO II

### Preferências tarifárias

Artigo 2o.- Os países signatários convêm em outorgar-se preferências tarifárias para a importação dos produtos compreendidos no presente Acordo, de conformidade com as normas que se estabelecem a seguir.

Artigo 3o.- Entender-se-á por "gravames" os direitos aduaneiros e quaisquer outros encargos de efeitos equivalentes, sejam de caráter fiscal, monetário ou cambial, que incidam sobre as importações. Não ficarão compreendidas neste conceito as taxas e encargos análogos quando responderem ao custo aproximado dos serviços prestados.

Entender-se-á por "restrições" qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambiário ou de qualquer natureza, mediante a qual um país signatário impedir ou dificultar, por decisão unilateral, suas importações. Não ficarão compreendidas neste conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no artigo 50 do Tratado de Montevideu 1980.

Artigo 4o.- No Anexo I, que integra o presente Acordo, registram-se as preferências acordadas pelos países signatários para a importação dos produtos negociados, originários e procedentes de seus respectivos territórios, classificados de conformidade com a nomenclatura aduaneira da Associação e suas tarifas nacionais correspondentes.

Artigo 5o.- Nesse Anexo se registram, igualmente, os termos e condições pactadas na negociação, bem como a descrição do produto negociado quando a concessão outorgada não corresponda à classificação da respectiva nomenclatura em sua forma mais discriminada.

Artigo 6o.- As preferências tarifárias registradas no Anexo I, que tiverem sido pactuadas com prazos de vigência, serão aplicadas à importação dos produtos negociados que cheguem ao porto ou lugar de internação no país de destino, dentro dos prazos estabelecidos.

### CAPÍTULO III

#### Preservação das margens de preferência

Artigo 7o.- Os países signatários abster-se-ão de modificar, unilateralmente, as preferências tarifárias registradas no Anexo I do presente Acordo, de modo que signifique uma situação menos favorável que a existente no momento de sua entrada em vigor.

Artigo 8o.- Os países signatários comprometem-se a manter as preferências percentuais acordadas nas negociações com referência à tarifa nacional vigente.

Caso não seja possível manter essa proporcionalidade, os países signatários realizarão consultas a fim de encontrar as soluções adequadas com a maior brevidade possível.

Artigo 9o.- Os países signatários coincidem em que as concessões pactuadas não significam consolidação de tarifas frente a terceiros países.

### CAPÍTULO IV

#### Restrições não-tarifárias

Artigo 10.- Os países signatários declararão em forma expressa as restrições não-tarifárias que manterão em seus respectivos territórios para a importação de produtos negociados.

//

Artigo 11.- Os países signatários abster-se-ão de aplicar restrições não-tarifárias à importação de produtos negociados que não tiverem sido declaradas no momento da negociação ou de tornar mais limitativas as declaradas, salvo as derivadas da aplicação do artigo 50 do Tratado de Montevideu 1980.

Em caso de que um país signatário se considerar afetado pela aplicação de uma medida não declarada por ocasião da entrada em vigor do presente Acordo ou de seus Protocolos Adicionais, poderá solicitar negociações com o país signatário que aplicou a medida. Tais negociações deverão realizar-se dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva solicitação. Não mediando acordo, os países signatários iniciarão os procedimentos previstos no artigo 29 para a revisão do Acordo.

Artigo 12.- Os países signatários efetuarão consultas, por solicitação de uma das partes, para proceder à revisão das restrições não-tarifárias a que se refere o artigo 10, com a finalidade de, de comum acordo, atenuá-las ou eliminá-las.

#### CAPÍTULO V

##### Regime de origem

Artigo 13.- Os benefícios derivados das preferências outorgadas no presente Acordo estender-se-ão exclusivamente aos produtos originários e procedentes do território dos países signatários, de acordo com o disposto no Anexo II.

Artigo 14.- Os produtos importados de qualquer país por um país signatário não poderão ser reexportados para outro país signatário, salvo quando para isso houver acordo prévio entre os países signatários interessados.

Não se considerará reexportação se o produto for submetido no país importador a um processo de industrialização ou elaboração nos termos previstos no Anexo II.

Artigo 15.- Os países signatários poderão acordar, também, outras normas específicas de origem para os produtos que se considere necessário, com a finalidade de adequá-las a compromissos assumidos com outros países-membros da Associação em relação ao setor industrial.

#### CAPÍTULO VI

##### Cláusulas de salvaguarda

###### 1. Produtos agropecuários

Artigo 16.- Os países signatários poderão aplicar, unilateralmente e com efeito imediato, ao comércio dos produtos agropecuários incorporados ao presente Acordo, e sempre que não signifiquem diminuição de seu consumo habitual nem incremento de produções anti-econômicas, medidas adequadas de salvaguarda, destinadas a limitar as importações ao necessário para cobrir o déficit no abastecimento interno e nivelar os preços do produto importado aos do produto nacional.

//

//

O país que adotar tais medidas deverá levá-las ao conhecimento imediato dos demais países signatários.

Artigo 17.- As medidas a que se refere o artigo 16 não serão aplicadas durante o primeiro ano de vigência do Acordo. A partir dessa data poderão ser aplicadas por um período de até 1 (um) ano e renovadas por idêntico período, enquanto persistir a situação que as determinou.

Artigo 18.- Tais medidas não serão aplicadas às mercadorias já embarcadas no exterior na data de sua publicação.

## 2. Outros produtos

Artigo 19.- Os países signatários poderão aplicar, unilateralmente e com efeito imediato, cláusula de salvaguarda ao comércio dos demais produtos deste Acordo, desde que ocorra dano efetivo a uma produção nacional.

Considerar-se-á dano efetivo a uma produção nacional a importação do produto negociado em quantidades ou valores tais que causem sensível redução na atividade produtora do país importador, medida pelo índice de ocupação da empresa ou do setor, ou pela perda relativa de sua posição no mercado interno comparativamente ao similar importado ao amparo da preferência outorgada.

O país que adotar tal medida deverá levá-la ao conhecimento imediato dos demais países signatários.

Artigo 20.- As medidas a que se refere o artigo 19 não serão aplicadas durante o primeiro ano de vigência do Acordo. A partir dessa data poderão ser aplicadas por um período de até 1 (um) ano e renovadas por idêntico período, enquanto persistir a situação que as determinou.

Artigo 21.- Em um prazo não inferior aos sessenta (60) dias antes de finalizar o período inicial de vigência da salvaguarda, o país signatário que aplicou a medida deverá informar os demais de sua intenção de prorrogá-la por um novo período de um (1) ano.

Artigo 22.- Tais medidas não serão aplicadas às mercadorias já embarcadas no exterior na data de sua publicação.

## 3. Balanco de pagamentos

Artigo 23.- Os países signatários poderão estender unilateralmente as medidas adotadas para corrigir o desequilíbrio de seu balanço de pagamentos global, em caráter transitório e em forma não discriminatória, ao comércio dos produtos incorporados ao presente Acordo.

A fim de evitar os efeitos negativos que teria para o comércio recíproco a aplicação unilateral de cláusulas de salvaguarda por motivos de balanço de pagamentos, os países signatários se comprometem a realizar as consultas necessárias com a finalidade de atenuar tais efeitos. Os países signatários levarão em consideração nessas consultas, entre outros elementos de juízo, a composição e valor do intercâmbio global dos produtos negociados no presente Acordo.

//

//

CAPÍTULO VIIRetirada de concessões

Artigo 24.- A retirada das preferências outorgadas não será admitida senão em oportunidade da revisão a que se refere o artigo 29 do presente Acordo.

Artigo 25.- Não configurará retirada de concessões, para os efeitos deste Acordo:

- a) a eliminação das preferências pactuadas a termo, se ao vencimento dos respectivos prazos de vigência não se houver procedido à renovação; e
- b) qualquer modificação tendente a corrigir erros que apareçam no presente Acordo, sempre e quando estes tenham sido devidamente comprovados a contento dos países signatários.

CAPÍTULO VIIIAdesão

Artigo 26.- O presente Acordo estará aberto à adesão dos demais países-membros da Associação, mediante prévia negociação.

Artigo 27.- A adesão se formalizará uma vez negociados seus termos entre os países signatários e o país aderente, mediante a subscrição de um protocolo adicional ao presente Acordo, que entrará em vigor 30 (trinta) dias depois de seu depósito na Secretaria da Associação.

CAPÍTULO IXVigência e revisão

Artigo 28.- O presente Acordo vigorará a partir de 10. de janeiro de 1982 e até 30 de abril de 1983, inclusive.

Os países signatários renegociarão, antes do vencimento do prazo previsto no parágrafo anterior, as preferências que, em caráter provisório e sem que configurem precedentes para essa renegociação, se registram no Anexo I do presente Acordo, com a finalidade de introduzir-lhes os ajustes que considerem necessários. Outrossim, a pedido de qualquer uma das Partes, procederão de acordo com o previsto no artigo 29.

Cumprido o prazo anteriormente indicado, a renegociação prevista no parágrafo anterior e as condições estabelecidas pelas Resoluções 1 do Conselho de Ministros e 4 (II-E) da Conferência, para a renegociação das concessões outorgadas no período 1962/1980, o presente Acordo terá duração de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado mediante manifestação expressa de vontade dos países signatários.

Artigo 29.- A cada três anos ou a pedido de qualquer dos países signatários, se procederá à revisão do presente Acordo e realizar-se-ão os ajustes que se considerem necessários mediante a exclusão, inclusão ou substituição de produtos,

bem como a modificação dos prazos e condições das preferências pactuadas, a fim de manter o equilíbrio do Acordo.

Os compromissos derivados da revisão a que se refere o parágrafo anterior de verão ser formalizados mediante a subscrição de um protocolo adicional.

## CAPÍTULO X

### Denúncia

Artigo 30.- Qualquer um dos países signatários do presente Acordo poderá denúnciá-lo depois de transcorrido 1 (um) ano de sua participação no mesmo.

Para esses efeitos, deverá comunicar sua decisão aos demais países signatários, pelo menos com 60 (sessenta) dias de antecipação ao depósito do respectivo instrumento de denúncia, que se efetuará ante a Secretaria.

Formalizada a denúncia, cessarão automaticamente para o Governo denunciante os direitos adquiridos e as obrigações contraídas em virtude deste Acordo, salvo no que se referir às preferências recebidas ou outorgadas, as quais continuarão em vigor pelo período de um ano a partir da data de formalização da denúncia.

No caso das preferências pactuadas com prazo fixo, estas expirarão na data convencional, desde que esta seja inferior ao período de 1 (um) ano referido no parágrafo anterior.

## CAPÍTULO XI

### Tratamentos diferenciais

Artigo 31.- O presente Acordo considera o princípio dos tratamentos diferenciais estabelecido no Tratado de Montevideu 1980 e registrado nas Resoluções 1 e 2 do Conselho de Ministros.

Esse princípio também será levado em consideração nas modificações que se introduzam no presente Acordo, nos termos do artigo 29.

Artigo 32.- Se algum dos países signatários outorgar uma preferência tarifária igual ou superior, sobre um dos produtos negociados no presente Acordo, a um país não signatário de maior grau de desenvolvimento que o país beneficiário da preferência, esta se ajustará em favor do país signatário, de maneira a manter sobre o país de maior grau de desenvolvimento uma margem diferencial que preserve a eficácia da preferência. A magnitude dessa margem diferencial será acordada mediante negociações entre os países signatários, que se iniciarão dentro dos 30 dias da data da reclamação por parte do país afetado, e serão concluídas dentro dos 60 dias dessa data.

O tratamento diferencial poderá ser restabelecido, indiferentemente, mediante negociação sobre qualquer outro elemento do Acordo, caso não exista acordo sobre a margem tarifária.

//

Se um tratamento mais favorável for outorgado a um país não signatário de igual categoria de desenvolvimento que o beneficiário da preferência, realizar-se-ão negociações entre os países signatários para outorgar ao beneficiário um tratamento equivalente, dentro dos prazos previstos pelo primeiro parágrafo do presente artigo.

Caso não se chegue a um acordo nas negociações previstas nos parágrafos anteriores, os países signatários revisarão o presente Acordo nos termos do artigo 29.

Artigo 33.- As disposições do artigo 32 serão aplicadas por ocasião da apreciação multilateral prevista nos artigos terceiro e sexto da Resolução 1 do Conselho de Ministros e sobre as preferências que os países signatários outorguem a países não signatários com posterioridade à mesma.

Levando em consideração o artigo terceiro da Resolução 6 do Conselho, a presente disposição não será aplicável às preferências que se outorguem nos acordos a que se refere o artigo dez da Resolução 1 do Conselho (Protocolo de Expansão Comercial suscrito entre o Brasil e o Uruguai (PEC)).

### CAPÍTULO XII

#### Convergência

Artigo 34.- Por ocasião das Conferências de Avaliação e Convergência a que se refere o artigo 33 do Tratado de Montevideu 1980, os países signatários participarão das negociações com os demais países-membros da Associação com a finalidade de determinar a possibilidade de proceder à multilateralização progressiva das concessões do presente Acordo.

### CAPÍTULO XIII

#### Administração do Acordo

Artigo 35.- A administração do presente Acordo ficará a cargo de uma comissão integrada por representantes dos Governos dos países signatários, a qual se constituirá em um prazo a determinar de comum acordo.

Artigo 36.- A comissão a que se refere o artigo anterior se reunirá a pedido de algum dos países signatários a fim de examinar os problemas por eles apresentados e elevar aos Governos os elementos de juízo que contribuam para o bom funcionamento e desenvolvimento do Acordo, velando, igualmente, pelo cumprimento de suas disposições.

### CAPÍTULO XIV

#### Disposições finais

Artigo 37.- Os países signatários informarão anualmente o Comitê de Representantes, nos termos do artigo quinto, letra h), da Resolução 2 do Conselho de Ministros, dos progressos realizados conforme os compromissos assumidos no presente Acordo, bem como de qualquer modificação que signifique uma mudança substancial de seu texto.

//

444



//

ANEXO I

PREFERENCIAS ACORDADAS PELOS PAÍSES SIGNATÁRIOS  
PARA A IMPORTAÇÃO DOS PRODUTOS NEGOCIADOS

gnl

//

446

## BRASIL

NABALALC	TARIFA NACIONAL	PRODUTO	REGIME LEGAL	TERCEIROS PAISES		MARGEM DE PREFERENCIA PERCENTUAL	OBSERVAÇÕES
				A/C	ADICIONAL		
1	2	3	4	5	6	7	8
16.02.9.01	16.02.08.01	Pasta de fígados exceto de ganso	LI	85	(100)	50	Certificado sanitário do país de origem. Licença sanitária do Ministério da Agricultura
16.02.9.99	16.02.08.99	As demais preparações e conservas de carne (exceto de vacum, ovino ou suíno)	LI	85	(100)	47	Certificado sanitário do país de origem. Licença sanitária do Ministério da Agricultura
22.03.0.01	22.03.01.00	Concentrados para a fabricação de cerveja	LI	105	(100)	52	
38.19.0.25	38.19.29.00	Dodecilbenzeno	LI	30		83	
39.02.4.21	39.02.46.99	Fitas e tiras fabricadas com polipropileno, de diferentes larguras e espessura até 1", para embalagem de mercadorias ou pacotes	LI	70	(100)	14	
70.04.9.01	70.04.04.00	Vidros estriados, ondulados, es-tampados ou semelhantes, não tra-balhados	LI	55	(30)	44	
70.05.9.01	70.05.01.00	Vidros com espessura até 10 mm, lisos e planos exceto "floating"	LI	45	(30)	100	
73.13.3.01	73.13.03.01	Chapas de ferro ou de aço, laminadas a quente, não revestidas, de menos de 3 mm de espessura	LI	55	(30)	100	
			LI	20		100	Com reserva do disposto pelo artigo 7 do Decreto-Lei 63 de 1966 e Resolução no. 126 do CONCEX

1	2	3	4	5	6	7	8
73.20.0.01	73.20.01.00	Conexões de ferro fundido	LI	55		21	Com reserva do disposto pelo artigo 7 do Decreto-Lei 63 de 1966 e Resolução no. 126 do CONCEX
82.05.0.02	82.05.07.99	Brocas cilíndricas para trabalhar madeiras e metais	LI	45	(30)	22	
84.11.1.02	84.11.03.01 84.11.03.99 84.11.04.01 84.11.04.99 84.11.05.01 84.11.05.99	Compressores de ar, fixos	LI	45		33	
84.11.2.01	84.11.10.00	Ventiladores industriais	LI	55	(100)	18	
84.12.1.01	84.12.01.02	Equipamento de ar condicionado para automóveis	LI	85	(100)	19	
92.11.0.06	92.11.02.01	Aparelhos toca-discos automáticos, acionados direta ou indiretamente, por fichas ou moedas	LI	85	(100)	70	

Nota:

- 1) Os produtos incluídos neste Anexo estão sujeitos também ao pagamento de:
  - a) Taxa de melhoramento de portos; e
  - b) Imposto sobre Operações Financeiras. Este imposto não é negociável e na atualidade o montante é de 25 por cento reduzido a 20 por cento nas operações de câmbio relativas ao pagamento de importações de mercadorias realizadas ao amparo de concessões tarifárias negociadas no âmbito da ALALC/ALADI originárias e procedentes dos países-membros beneficiários da concessão (Decreto-Lei no. 1.783 de 18/IV/1980 e no. 1.844 de 30/XII/1980; Resoluções do Banco Central nos. 619 de 29/IV/1980, 634 de 27/VIII/1980 e 683 de 5/III/1981).
- 2) Não se aplicará aos produtos deste Anexo o gravame adicional aduaneiro quando este for exigível para terceiros países, por não ser objeto de negociação, e sua eventual alteração ou eliminação não dará lugar a reclamação quanto à margem de preferência.
- 3) O artigo 10. do Decreto no. 66.175 derogou a exigência do visto consular na fatura comercial correspondente à importação de produtos de qualquer procedência. Igualmente, o artigo 20. prevê que o Ministério das Relações Exteriores, se o recomendar o Conselho de Política Aduaneira, poderá restabelecer a exigência, de modo genérico ou apenas para países isolados ou grupos de países, de acordo com as condições prevalentes nos mercados nacional e internacional (coluna 9).
- 4) O financiamento às operações de câmbio estará sujeito, no que corresponder, à Resolução no. 638 do Banco Central do Brasil de 24/IX/1980.
- 5) O artigo 40. da Lei no. 3.244, de 14 de agosto de 1957, modificado pelo artigo 70. do Decreto-Lei no. 63 de 21 de novembro de 1966, expressa o seguinte:

"Quando não houver produção nacional de matéria-prima e de qualquer produto de base, ou a produção nacional dos bens for insuficiente para atender ao consumo interno, poderá ser concedida isenção ou redução do imposto para a importação total ou complementar, conforme o caso.

  10. A isenção ou redução do imposto, conforme as características de produção e de comercialização, e o critério do Conselho de Política Aduaneira, será concedida:
    - a) mediante comprovação da inexistência de produção nacional, e, havendo produção mediante prova, anterior ao desembaraço aduaneiro, de aquisição de quota determinada do produto nacional na respectiva fonte, ou comprovação de recusa, incapacidade ou impossibilidade de fornecimento em prazo e a preço normal;
    - b) por meio de estabelecimento de quotas tarifárias globais e/ou por período determinado que não ultrapasse um ano, ou quotas percentuais em relação ao consumo nacional;
  20. A concessão será de caráter geral em relação a cada espécie de produto, garantida a aquisição integral de produção nacional, observada, quanto ao preço, a definição do artigo 30. do Decreto-Lei no. 37, de 18 de novembro de 1966.
  30. Quando, por motivo de escassez no mercado interno, se tornar imperiosa a aquisição no exterior, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, de matérias-primas e de outros produtos de base, poderá ser concedida para a sua importação, por ato do Conselho de Política Aduaneira, isenção do imposto de importação e da taxa de despacho aduaneiro, ouvidos os órgãos ligados à execução da política do abastecimento e da produção.
  40. Será no máximo de um ano, a contar da emissão, o prazo de validade dos comprovantes da aquisição da quota de produção nacional prevista neste artigo e nas notas correlatas da Tarifa Aduaneira.
  50. A isenção do imposto de importação sobre matéria-prima e outro qualquer produto de base, industrializado ou não, mesmo os de aplicação direta, somente poderá beneficiar a importação complementar da produção nacional se observadas as normas deste artigo."

VENEZUELA

NABALALC	TARIFA NACIONAL	PRODUTO	TERCEIROS PAÍSES	MARGEM DE PREFERENCIA PERCENTUAL	OBSERVAÇÕES
1	2	3	4	5	6
09.04.0.01	09.04.01.01	Pimenta (do gênero "Piper"), em grão	15	47	Certificado sanitário do país de origem. Autorização sanitária do Ministério da Agricultura e Criação
29.23.4.13	29.23.05.04	Glutamato monossódico	40	50	
30.05.1.01	30.05.01.01	Catagete esterilizado para suturas cirúrgicas	50	60	
37.03.1.02	37.03.04.02	Papéis e cartolinas para fotografia para imagens policromáticas	20	50	
47.01.3.04	47.01.04.03	Pastas químicas de madeira ao sulfato, branqueadas, de coníferas	20	50	
70.13.0.99	70.13.02.00	Peças de baixelas de vidro de baixo coeficiente de dilatação	45	33	Autorização do Ministério da Fazenda
73.18.9.02	73.18.02.00	Tubos de aço com revestimento interno de cobre, soldados por processo "brazing"	40	50	Licença prévia do Ministério de Fomento
82.09.0.03	82.09.89.02	Facas de aço para açougue e sapateiros e as demais, de uso profissional	50	40	
82.11.8.02	82.11.03.02	Lâminas de barbear	80	65	
84.47.1.99	84.47.02.01.04	Platina e moldadora com mesa	35	50	
84.47.6.01	84.47.01.99.01	Serras de fita sem fim para madeira, exceto as folhas	35	50	

1	2	3	4	5	6
84.47.6.02	84.47.01.99.01	Serras circulares para madeira, ex ceto as folhas	35	50	
84.51.1.01	84.51.01.00	Máquinas de escrever, elétricas	3	33	
84.52.1.03	84.52.02.00	Máquinas de calcular, eletrônicas	10	50	
90.07.1.01	90.07.02.01	Aparelhos fotográficos de foco fi xo (tipo caixa)	5	40	

ANEXO II

REGIME DE ORIGEM, DECLARAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E  
COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DAS MERCADORIAS

## CAPÍTULO I

### Certificação de origem

PRIMEIRO.- São originários dos países signatários os produtos elaborados integralmente em seu território, quando em sua elaboração se utilizem exclusivamente materiais originários e procedentes dos países signatários.

SEGUNDO.- Serão considerados originários dos países signatários os produtos incluídos no Apêndice 1, extraídos, criados ou cultivados no território de qualquer país signatário pelo simples fato de serem produzidos em seu território.

TERCEIRO.- Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais que não sejam originários dos países signatários também são considerados originários dos países signatários, quando resultem de um processo de transformação realizado em seu território, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo simples fato de estarem classificados na nomenclatura vigente na Associação em posição diferente à dos citados materiais, exceto nos casos de simples montagem, fracionamento, acondicionamento e outras operações semelhantes.

QUARTO.- Os países signatários fixarão os requisitos específicos que, além da mudança de posição que estabelece o artigo terceiro, deverão levar-se em conta para que um produto seja considerado originário de um país signatário. (Ver Apêndice 2).

Enquanto não se coloquem em vigor estes requisitos específicos, os produtos serão considerados originários quando cumpram com o estabelecido no artigo terceiro, exceto nos casos de simples montagem, fracionamento, acondicionamento e outras operações semelhantes.

QUINTO.- Os produtos que resultem de operações de montagem ou ensablagem, realizadas no território de um país signatário, serão considerados originários quando o valor CIF porto de destino ou CIF porto marítimo dos materiais não originários dos países signatários não exceda de 50 por cento do valor FAS desses produtos.

SEXTO.- Na determinação dos requisitos de origem a que se refere o artigo quarto, assim como na revisão dos já estabelecidos, os países signatários tomarão como base, individual ou conjuntamente, entre outros, os seguintes elementos:

I. Materiais empregados na produção:

a) Matérias-primas:

- i) Matéria-prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e
- ii) Matérias-primas principais.

b) Partes ou peças:

- i) Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial;
- ii) Partes ou peças principais; e
- iii) Porcentagem das partes ou peças em relação ao peso total.

//



- //
- II. Processo de transformação ou elaboração realizado.
- III. Proporção máxima do valor dos materiais importados de países não signatários em relação com o valor total do produto, resultante do procedimento de valorização acordado em cada caso. Ao aplicar-se este procedimento serão considerados também originários dos países signatários a energia e o combustível utilizados no processo de produção, assim como a depreciação e a manutenção das instalações e equipamentos.

SÉTIMO.- A determinação e revisão dos requisitos de origem poderá realizar-se de comum acordo e a pedido de parte. Para tais efeitos, o país signatário que apresente seu pedido deverá propor e fundamentar os requisitos específicos aplicáveis -segundo sua opinião- ao produto ou produtos de que se trate.

OITAVO.- Para os efeitos do cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos no presente Acordo, as matérias-primas, produtos intermediários e partes e peças, originários do território de um dos países signatários incorporados por ou tro dos países signatários à elaboração de determinado produto, serão considerados como originários do território deste último.

NONO.- O critério de máxima utilização de materiais de países signatários não poderá ser utilizado para fixar requisitos que impliquem na imposição de materiais dos referidos países signatários quando, a juízo dos mesmos estes não cumpram com as condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço.

DÉCIMO.- Não são originários dos países signatários os produtos que resultem de operações ou processos efetuados no território de um país signatário pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, quando nesses processos utilizem exclusivamente materiais não originários dos países signatários e consistam somente em montagens ou ensamblagens, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes.

ONZE.- Entender-se-á que a expressão "materiais" compreende as matérias-primas, produtos intermediários e as partes ou peças utilizadas na elaboração dos produtos.

## CAPÍTULO II

### Declaração e certificação

DOZE.- Para que a importação dos produtos incluídos no presente Acordo possa beneficiar-se das reduções de gravames e restrições outorgadas entre si pelos países signatários na documentação correspondente às exportações dos mencionados produtos deverá constar uma declaração que acredite o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de acordo com o disposto no capítulo anterior.

TREZE.- Com relação aos demais produtos, a declaração a que se refere o artigo precedente será expedida pelo produtor final da mercadoria e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe habilitada do país signatário exportador, com personalidade jurídica, que funcione com autorização legal.

QUATORZE.- Em qualquer caso se utilizará o formulário-padrão desenhado de conformidade com as disposições do Tratado de Montevideu, subscrito em 18 de fevereiro de 1960, sobre a matéria, até a entrada em vigor de outro formulário aprovado pela ALADI.

QUINZE.- Cada país signatário comunicará aos demais países a relação das entidades e repartições autorizadas a expedir a certificação a que se refere o artigo treze.

Ao credenciar entidades de classe, os países signatários procurarão que se trate de organismos pré-existentes à entrada em vigor deste Acordo e atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a outras entidades regionais ou locais, quando necessário, mas conservando sua responsabilidade pela veracidade dos certificados que forem expedidos.

DEZESSEIS.- Quando um país signatário julgar que uma entidade ou repartição autorizada está violando as normas ou requisitos de origem vigentes, comunicará o fato ao país signatário exportador.

Caso não sejam tomadas medidas para corrigir esta situação, e se reiterem as violações, o país signatário que se considere afetado, mediante prévia comunicação ao outro país, acompanhada das informações pertinentes, terá o direito, depois de transcorridos quinze dias da data da comunicação, de não aceitar para suas importações os certificados de origem expedidos pela mencionada entidade.

DEZESSETE.- O estabelecido nos artigos anteriores não exclui a aplicação das disposições em vigor para qualquer país signatário relativas aos vistos consulares.

### CAPÍTULO III

#### Comprovação

DEZOITO.- Em caso de dúvida sobre a autenticidade das certificações ou presunção de descumprimento dos requisitos de origem estabelecidos no presente Anexo, o país signatário importador não deterá o trâmite da importação do produto de que se trate, mas poderá, além de solicitar as provas adicionais correspondentes, adotar as medidas que considere necessárias para garantir o interesse fiscal.

DEZENOVE.- As provas adicionais que forem requeridas quando se produzirem as situações mencionadas no artigo anterior poderão ser proporcionadas pelo produtor ou pelo exportador, conforme o caso, através da autoridade competente de seu país, a qual enviará as informações decorrentes das verificações que realize. Estas informações terão caráter confidencial.

//

APÊNDICE 1

PRODUTOS CONSIDERADOS ORIGINÁRIOS PELO  
SIMPLES FATO DE SEREM PRODUZIDOS NO  
TERRITÓRIO DOS PAÍSES SIGNATÁRIOS

(Anexo II, artigo primeiro, letra b))

---

NABALALC	PRODUTO
09.04.0.01	Pimenta (do gênero "Piper"), em grão

---

APÊNDICE 2

REQUISITOS ESPECÍFICOS DE ORIGEM

(Anexo II, artigo primeiro, letra e))

NABALALC	PRODUTO	REQUISITO ESPECÍFICO
73.13.3.01	Chapas de ferro ou de aço, laminadas a quente, não revestidas, de menos de 3 mm de espessura	Deverão ser produzidas a partir dos produtos incluídos na posição 73.06, fundidos ou transformados em lingotes nos países signatários

//

PROTOCOLO MODIFICATORIO DEL ACUERDO DE ALCANCE PARCIAL  
SUSCRITO ENTRE BRASIL Y VENEZUELA (ACUERDO No. 13)

Los Plenipotenciarios de la República Federativa del Brasil y de la República de Venezuela, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, según poderes presentados en buena y debida forma, convienen en celebrar el siguiente Acuerdo de alcance parcial teniendo en cuenta lo dispuesto en las Resoluciones 1 y 2 del Consejo de Ministros de la Asociación, en lo pertinente, y que se regirá por las disposiciones que a continuación se establecen:

CAPITULO I

Objeto del Acuerdo

Artículo 1o.- El presente Acuerdo tiene por objeto incorporar al esquema de integración establecido por el Tratado de Montevideo 1980 los resultados de la renegociación prevista por la Resolución 1 del Consejo de Ministros, en cumplimiento de los siguientes criterios:

- a) Fortalecer y dinamizar las corrientes de comercio canalizadas a través de las concesiones, en forma compatible con las diferentes políticas económicas y la consolidación del proceso de integración, tanto regional como subregional, de las Partes Contratantes;
- b) Corregir los desequilibrios cuantitativos de las corrientes de comercio de productos negociados y promover la mayor participación de los productos manufacturados y semimanufacturados en aquel comercio, preferentemente a través de la profundización o ampliación de la concesión;
- c) Considerar los efectos de las diferentes políticas económicas de las Partes Contratantes;
- d) Aplicar tratamientos diferenciales, de acuerdo con las tres categorías de países; y
- e) Considerar, en la medida de lo posible, la situación especial de algunos productos de las Partes Contratantes.

CAPITULO II

Preferencias arancelarias

Artículo 2o.- Los países signatarios convienen en otorgarse preferencias arancelarias para la importación de los productos comprendidos en el presente Acuerdo, de conformidad con las normas que se establecen a continuación.

Artículo 3o.- Se entenderá por "gravámenes" los derechos aduaneros y cualesquiera otros recargos de efectos equivalentes, sean de carácter fiscal, monetario o cambiario, que incidan sobre las importaciones. No quedarán comprendidas en este concepto las tasas y recargos análogos cuando respondan al costo aproximado de los servicios prestados.

Se entenderá por "restricciones" cualquier medida de carácter administrativo, financiero, cambiario o de cualquier naturaleza, mediante la cual un país signatario impida o dificulte, por decisión unilateral, sus importaciones. No quedarán comprendidas en este concepto las medidas adoptadas en virtud de las situaciones previstas en el artículo 50 del Tratado de Montevideo 1980.

Artículo 4o.- En el Anexo I que forma parte del presente Acuerdo, se registran las preferencias acordadas por los países signatarios para la importación de los productos negociados, originarios y procedentes de sus respectivos territorios, clasificados de conformidad con la Nomenclatura Arancelaria de la Asociación y sus aranceles nacionales correspondientes.

Artículo 5o.- En dicho Anexo se registran, asimismo, los términos y condiciones pactados en la negociación, así como la descripción del producto negociado cuando la concesión otorgada no alcanza a cubrir la clasificación correspondiente de la respectiva nomenclatura en su forma más discriminada.

Artículo 6o.- Las preferencias arancelarias registradas en el Anexo I, que hubieren sido pactadas con plazos de vigencia, serán aplicadas a la importación de los productos negociados que lleguen al puerto o lugar de internación en el país de destino, dentro de los plazos convenidos.

### CAPITULO III

#### Preservación de los márgenes de preferencia

Artículo 7o.- Los países signatarios se abstendrán de modificar, unilateralmente, las preferencias arancelarias registradas en el Anexo I del presente Acuerdo, de modo que signifique una situación menos favorable que la existente a la de su entrada en vigor.

Artículo 8o.- Los países signatarios se comprometen a mantener las preferencias porcentuales acordadas en las negociaciones respecto de los gravámenes del arancel nacional vigente.

En caso de no ser posible mantener esa proporcionalidad, los países signatarios realizarán consultas a fin de encontrar las soluciones adecuadas a la mayor brevedad posible.

Artículo 9o.- Los países signatarios coinciden en que las concesiones pactadas no significan consolidación de aranceles frente a terceros países.

### CAPITULO IV

#### Restricciones no arancelarias

Artículo 10.- Los países signatarios declararán en forma expresa las restricciones no arancelarias que mantendrán en sus respectivos territorios para la importación de productos negociados.

//

Artículo 11.- Los países signatarios se abstendrán de aplicar restricciones no arancelarias a la importación de productos negociados que no hubieren sido declaradas en el momento de la negociación o de hacer más limitativas las declaradas, salvo aquellas que se deriven de la aplicación del artículo 50 del Tratado de Montevideo 1980.

En caso de que un país signatario se considere afectado por la aplicación de una medida no declarada en ocasión de la entrada en vigor del presente Acuerdo o de sus Protocolos Adicionales, podrá solicitar negociaciones con el país signatario que aplicó la medida. Tales negociaciones deberán realizarse dentro de un plazo máximo de 90 (noventa) días contados a partir de la fecha de la respectiva solicitud. No mediando acuerdo, los países signatarios iniciarán los procedimientos previstos en el artículo 29 para la revisión del Acuerdo.

Artículo 12.- Los países signatarios efectuarán consultas, a pedido de una de las partes, para proceder a la revisión de las restricciones no arancelarias a que se refiere el artículo 10, con el objeto de, de común acuerdo, atenuarlas o eliminarlas.

#### CAPITULO V

##### Régimen de origen

Artículo 13.- Los beneficios derivados de las preferencias otorgadas en el presente Acuerdo se extenderán exclusivamente a los productos originarios y procedentes del territorio de los países signatarios, de conformidad con lo dispuesto en el Anexo II.

Artículo 14.- Los productos importados de cualquier país por un país signatario, no podrán ser reexportados para otro país signatario, salvo cuando para ello hubiera acuerdo previo entre los países signatarios interesados.

No se considerará reexportación, si el producto fuere sometido en el país importador a un proceso de industrialización o elaboración en los términos previstos en el Anexo II.

Artículo 15.- Los países signatarios podrán convenir, asimismo, otras normas específicas de origen para los productos que se considere necesario, con la finalidad de adecuarlas a compromisos asumidos con otros países miembros de la Asociación en relación al sector industrial.

#### CAPITULO VI

##### Cláusulas de salvaguardia

###### 1. Productos agropecuarios

Artículo 16.- Los países signatarios podrán aplicar, unilateralmente y con efecto inmediato, al comercio de los productos agropecuarios incorporados al presente Acuerdo, y siempre que no signifiquen una disminución de su consumo habitual ni un incremento de producciones antieconómicas, medidas adecuadas de salvaguardia, destinadas a limitar las importaciones a lo necesario para cubrir el déficit en el abastecimiento interno y nivelar los precios del producto importado a los del producto nacional.

El país que adopte tales medidas deberá ponerlas en conocimiento inmediato de los demás países signatarios.

Artículo 17.- Las medidas a que se refiere el artículo 16 no se aplicarán durante el primer año de vigencia del Acuerdo. A partir de dicha fecha podrán ser aplicadas por un período de hasta 1 (un) año y ser renovadas por idéntico período, mientras persista la situación que las determinó.

Artículo 18.- Tales medidas no serán aplicadas a las mercaderías ya embarcadas en el exterior en la fecha de su publicación.

## 2. Otros productos

Artículo 19.- Los países signatarios podrán aplicar, unilateralmente y con efecto inmediato, cláusulas de salvaguardia al comercio de los demás productos de este Acuerdo, siempre que ocurra daño efectivo a una producción nacional.

Se considera daño efectivo a una producción nacional la importación del producto negociado en cantidades o valores tales que causen sensible reducción en la actividad productora del país importador, medida por el índice de ocupación de la empresa o del sector, o por la pérdida relativa de su posición en el mercado interno, comparativamente al similar importado al amparo de la preferencia otorgada.

El país que adopte tal medida deberá ponerla en conocimiento inmediato de los demás países signatarios.

Artículo 20.- Las medidas a que se refiere el artículo 19 no se aplicarán durante el primer año de vigencia del Acuerdo. A partir de dicha fecha podrán ser aplicadas por un período de hasta 1 (un) año y ser renovadas por idéntico período, mientras persista la situación que las determinó.

Artículo 21.- En un plazo no inferior a los 60 (sesenta) días antes de finalizar el período inicial de vigencia de la salvaguardia, el país signatario que aplicó la medida deberá informar a los demás su intención de prorrogarla por un nuevo período de 1 (un) año.

Artículo 22.- Tales medidas no serán aplicadas a las mercaderías ya embarcadas en el exterior en la fecha de su publicación.

## 3. Balanza de pagos

Artículo 23.- Los países signatarios podrán extender, unilateralmente, las medidas adoptadas para corregir el desequilibrio de su balance de pagos global, con carácter transitorio y en forma no discriminatoria, al comercio de los productos incorporados al presente Acuerdo.

A fin de evitar los efectos negativos que para el comercio recíproco pudiera tener la aplicación unilateral de cláusulas de salvaguardia por razones de balance de pagos, los países signatarios se comprometen a realizar las consultas necesarias con la finalidad de atenuar dichos efectos. Los países signatarios tomarán en cuenta en dichas consultas, entre otros elementos de juicio, la composición y valor del intercambio global de los productos negociados en el presente Acuerdo.



//

461

CAPITULO VII

Retiro de concesiones

Artículo 24.- El retiro de las preferencias otorgadas no será admitido sino en oportunidad de la revisión a que hace referencia el artículo 29 del presente Acuerdo.

Artículo 25.- No configurará retiro de concesiones a los efectos de este Acuerdo:

- a) La eliminación de las preferencias pactadas a término si, al vencimiento de los respectivos plazos de vigencia, no se hubiere procedido a la renovación; y
- b) Cualquier modificación tendiente a corregir errores que aparezcan en el presente Acuerdo, siempre y cuando éstos hayan sido debidamente comprobados a satisfacción de los países signatarios.

CAPITULO VIII

Adhesión

Artículo 26.- El presente Acuerdo estará abierto a la adhesión de los restantes países miembros de la Asociación, previa negociación.

Artículo 27.- La adhesión se formalizará una vez negociados los términos de la misma entre los países signatarios y el país adherente, mediante la suscripción de un protocolo adicional al presente Acuerdo que entrará en vigor 30 (treinta) días después de su depósito en la Secretaría de la Asociación.

CAPITULO IX

Vigencia y revisión

Artículo 28.- El presente Acuerdo regirá desde el 1o. de enero de 1982 y hasta el 30 de abril de 1983, inclusive.

Los países signatarios renegociarán antes del vencimiento del plazo previsto en el párrafo anterior, las preferencias que con carácter provisorio y sin que configuren precedentes para dicha renegociación, se registran en el Anexo I del presente Acuerdo, con la finalidad de introducirles los ajustes que consideren necesarios. Asimismo, a solicitud de cualquiera de las partes, procederán de acuerdo a lo previsto en el artículo 29.

Cumplido el plazo anteriormente señalado, la renegociación prevista en el párrafo anterior y las condiciones establecidas por las Resoluciones 1 del Consejo de Ministros y 4 (II-E) de la Conferencia, para la renegociación de las concesiones otorgadas en el período 1962/1980, el presente Acuerdo tendrá una duración de 10 (diez) años, pudiendo ser prorrogado mediante manifestación expresa de voluntad de los países signatarios.

Artículo 29.- Cada tres años o a solicitud de cualquiera de los países signatarios se procederá a la revisión del presente Acuerdo y se realizarán los ajustes que se consideren necesarios mediante la exclusión, inclusión o sustitución

de productos, así como la modificación de los plazos y condiciones de las preferencias pactadas, a fin de mantener el equilibrio del Acuerdo.

Los compromisos derivados de la revisión a que se refiere el párrafo anterior deberán ser formalizados mediante la suscripción de un protocolo adicional.

## CAPITULO X

### Denuncia

Artículo 30.- Cualquiera de los países signatarios del presente Acuerdo podrá denunciarlo luego de transcurrido 1 (un) año de su participación en el mismo.

A esos efectos deberá comunicar su decisión a los restantes países signatarios, por lo menos con 60 (sesenta) días de anticipación al depósito del respectivo instrumento de denuncia, que se efectuará ante la Secretaría.

Formalizada la denuncia, cesarán automáticamente para el Gobierno denunciante los derechos adquiridos y las obligaciones contraídas en virtud de este Acuerdo, salvo en cuanto se refiere a las preferencias recibidas u otorgadas, las cuales continuarán en vigor por el término de un año a partir de la fecha de formalización de la denuncia.

En el caso de las preferencias pactadas con plazo fijo, éstas expirarán en la fecha convenida, siempre que ésta sea inferior al período de 1 (un) año referido en el párrafo anterior.

## CAPITULO XI

### Tratamientos diferenciales

Artículo 31.- El presente Acuerdo contempla el principio de los tratamientos diferenciales establecido en el Tratado de Montevideo 1980 y recogido en las Resoluciones 1 y 2 del Consejo de Ministros.

Asimismo, dicho principio será tenido en cuenta en las modificaciones que se introduzcan al presente Acuerdo, en los términos del artículo 29.

Artículo 32.- Si alguno de los países signatarios otorgare una preferencia arancelaria igual o mayor, sobre uno de los productos negociados en el presente Acuerdo, a un país no signatario de mayor grado de desarrollo que el país beneficiario de la preferencia, se ajustará ésta a favor del país signatario, de formatal de mantener respecto del país de mayor grado de desarrollo un margen diferencial que preserve la eficacia de la preferencia. La magnitud de dicho margen diferencial será acordada mediante negociaciones entre los países signatarios, que se iniciarán dentro de los 30 días de la fecha de la reclamación por parte del país afectado y se concluirán dentro de los 60 días de dicha fecha.

El tratamiento diferencial se podrá restablecer, indistintamente, mediante negociación sobre cualquier otro elemento del Acuerdo, en caso de que no se convenga en el margen arancelario.

//

Si un tratamiento más favorable fuere otorgado a un país no signatario de igual categoría de desarrollo que el beneficiario de la preferencia, se realizarán negociaciones entre los países signatarios para otorgar al beneficiario un tratamiento equivalente dentro de los plazos previstos por el primer párrafo del presente artículo.

De no lograrse acuerdo en las negociaciones previstas en los párrafos anteriores, los países signatarios procederán a revisar el presente Acuerdo en los términos del artículo 29.

Artículo 33.- Las disposiciones del artículo 32 se aplicarán en ocasión de la apreciación multilateral prevista en los artículos tercero y sexto de la Resolución 1 del Consejo de Ministros y respecto de las preferencias que los países signatarios otorguen a países no signatarios con posterioridad a la misma.

Teniendo en cuenta el artículo tercero de la Resolución 6 del Consejo, la presente disposición no será aplicable a las preferencias que se otorguen en los acuerdos a que se refiere el artículo décimo de la Resolución 1 del Consejo (Protocolo de Expansión Comercial suscrito entre Brasil y Uruguay (PEC)).

## CAPITULO XII

### Convergencia

Artículo 34.- En ocasión de las Conferencias de Evaluación y Convergencia a que se refiere el artículo 33 del Tratado de Montevideo 1980, los países signatarios participarán de las negociaciones con los demás países miembros de la Asociación con la finalidad de determinar la posibilidad de proceder a la multilateralización progresiva de las concesiones del presente Acuerdo.

## CAPITULO XIII

### Administración del Acuerdo

Artículo 35.- La administración del presente Acuerdo quedará a cargo de una comisión integrada por representantes de los Gobiernos de los países signatarios, la que se constituirá en un plazo a convenir de común acuerdo.

Artículo 36.- La comisión a que se refiere el artículo anterior se reunirá a pedido de alguno de los países signatarios a los efectos de examinar los problemas planteados por ellos y elevar a los Gobiernos los elementos de juicio que contribuyan al buen funcionamiento y al desarrollo del Acuerdo, velando asimismo por el cumplimiento de sus disposiciones.

## CAPITULO XIV

### Disposiciones finales

Artículo 37.- Los países signatarios informarán anualmente al Comité de Representantes en los términos del artículo quinto, inciso h) de la Resolución 2 del Consejo de Ministros, los avances que realicen conforme a los compromisos asumidos en el presente Acuerdo, así como cualquier modificación que signifique un cambio sustancial de su texto.



ANEXO I

PREFERENCIAS ACORDADAS POR LOS PAISES SIGNATARIOS  
PARA LA IMPORTACION DE LOS PRODUCTOS NEGOCIADOS

406

BRASIL

NABAIALC	ARANCEL NACIONAL	PRODUCTO	REGIMEN LEGAL	TERCEROS PAISES		MARGEN DE PREFERENCIA PORCENTUAL	OBSERVACIONES
				A/C	ADICIONAL		
1	2	3	4	5	6	7	8

16.02.9.01	16.02.08.01	Pasta de hígados excepto de ganso	LI	85	(100)	50	Certificado sanitario del país de origen. Permiso sanitario del Ministerio de Agricultura
	16.02.08.99						
16.02.9.99	16.02.04.00	Los demás preparados y conservas de carne (excepto de vacuno, ovino, o porcino)	LI	85	(100)	47	Certificado sanitario del país de origen. Permiso sanitario del Ministerio de Agricultura
	16.02.05.00						
	16.02.06.00						
	16.02.09.00						
	16.02.99.00						
22.03.0.01	22.03.01.00	Concentrados para la fabricación de cerveza	LI	105	(100)	52	
8.19.0.25	38.19.29.00	Dodecibenceno	LI	30		83	
9.02.4.21	39.02.46.99	Cintas y bandas fabricadas con polipropileno, en distintos anchos y espesor hasta 1", para embalaje de mercaderías o paquetes	LI	70	(100)	14	
0.04.9.01	70.04.04.00	Vidrios estriados, ondulados, es- tampados o similares, sin labrar	LI	55	(30)	44	
0.05.9.01	70.05.01.00	Vidrios con espesor hasta 10 mm., lisos y planos excepto floating	LI	45	(30)	100	
	70.05.02.00		LI	55	(30)	100	
3.13.3.01	73.13.03.01	Chapas de hierro o acero, lamina- das en caliente, no revestidas, de menos de 3 mm. de espesor	LI	20		100	Con reserva de lo dispuesto por el artículo 70. del decreto-ley 63 de 1966 y la Resolución 126 de CONCEX.

//

//

1	2	3	4	5	6	7	8
73.20.0.01	73.20.01.00	Conexiones de hierro fundido	LI	55		21	con reserva de lo dispuesto por el artículo 7o. del decreto-ley 63 de 1966 y la Resolución 126 de CONCEX.
82.05.0.02	82.05.07.99	Brocas cilíndricas para trabajar maderas y metales	LI	45	(30)	22	
84.11.1.02	84.11.03.01	Compresores de aire, fijos	LI	45		33	
	84.11.03.99						
	84.11.04.01						
	84.11.04.99						
	84.11.05.01						
	84.11.05.99						
84.11.2.01	84.11.10.00	Ventiladores industriales	LI	55	(100)	18	
84.12.1.01	84.12.01.02	Equipo de aire acondicionado para automóviles	LI	85	(100)	19	
92.11.0.06	92.11.02.01	Aparatos tocadiscos automáticos accionados directa o indirectamente por fichas o monedas	LI	85	(100)	70	

NOTAS:

- 1) Los productos incluidos en este Anexo están sujetos además al pago de:
  - a) Tasa de mejoramiento de puertos; y
  - b) Impuesto sobre Operaciones Financieras. Este impuesto no es negociable y en la actualidad el monto es de 25 por ciento, reducido a 20 por ciento en las operaciones de cambio relativas al pago de importaciones de mercaderías realizadas al amparo de concesiones tarifarias negociadas en el ámbito de la ALAIC/ALADI originarias y procedentes de los países miembros beneficiarios de la concesión (decreto-ley no. 1.783 de 18/IV/1980 y no. 1.844 de 30/XIII/1980; Resoluciones del Banco Central nos. 619 de 29/V/1980, 634 de 27/III/1980 y 683 de 5/III/1981).
- 2) No se aplicará a los productos de este Anexo el gravamen adicional aduanero cuando éste sea exigible para terceros países, por no ser objeto de negociación, y su eventual alteración o eliminación no dará lugar a reclamo en cuanto al margen de preferencia.
- 3) El artículo 10. del decreto no. 66.175 derogó la exigencia del visto consular en la factura comercial correspondiente a la importación de productos de cualquier procedencia. Asimismo, el artículo 20. prevé que el Ministerio de Relaciones Exteriores, si lo recomendará el Consejo de Política Aduanera, podrá restablecer la exigencia, de modo genérico o apenas para países aislados o grupos de países, de acuerdo con las condiciones prevalentes en los mercados nacional e internacional (columna 9).
- 4) El financiamiento a las operaciones de cambio estará sujeto, en lo que corresponde, a la Resolución no. 638 del Banco Central del Brasil de 24/IX/1980.
- 5) El artículo 40. de la ley no. 3.244, de 14 de agosto de 1957 (modificado por el artículo 70. del decreto-ley no. 63 de 21 de noviembre de 1966), expresa lo siguiente:

"Cuando no hubiere producción nacional de materia prima y de cualquier producto de base, o la producción nacional de esos bienes fuere insuficiente para atender el consumo interno, podrá concederse exoneración o reducción del impuesto para la importación total o complementaria, según el caso.

  10. La exoneración o reducción del impuesto, conforme las características de producción y de comercialización, y a criterio del Consejo de Política Aduanera, será concedida:
    - a) Mediante comprobación de inexistencia de producción nacional, y, habiendo producción, mediante prueba anterior al desaduanamiento, de adquisición de cuota determinada del producto nacional en la respectiva fuente, o comprobación de rechazo, incapacidad o imposibilidad de abastecimiento en plazo y a precio normal; y
    - b) Por medio de establecimiento de cuotas tarifarias globales y/o por período determinado que no sobrepase a un año, o cuotas porcentuales con relación al consumo nacional.
  20. La concesión será de carácter general con relación a cada especie de producto, garantizada la adquisición integral de producción nacional, observada, en cuanto al precio, la definición del artículo 30. del decreto-ley no. 37, de 18 de noviembre de 1966.
  30. Cuando, por motivo de escasez en el mercado interno, se haga imperiosa la adquisición en el exterior de géneros alimenticios de primera necesidad, de materias primas y de otros productos de base, podrá concederse para su importación, por acto del Consejo de Política Aduanera, exoneración del impuesto a la importación y de tasa de despacho aduanero, después de oídos los órganos ligados a la exoneración de política del abastecimiento y de la producción.
  40. Será en el máximo de un año, a contar de la emisión de los mismos, el plazo de validez de los comprobantes de la adquisición de la cuota de producto nacional prevista en este artículo y en las notas correlativas del Arancel Aduanero.
  50. La exoneración del impuesto de importación sobre materia prima y otro cualquier producto de base, industrializado o no, aun los de aplicación directa, solamente podrá beneficiar la importación complementaria de la producción nacional si observadas las normas de este artículo."



VENEZUELA

NABALALC	ARANCEL NACIONAL	PRODUCTO	TERCEROS PAISES	MARGEN DE PREFERENCIA PORCENTUAL	OBSERVACIONES
1	2	3	4	5	6
09.04.0.01	09.04.01.01	Pimienta (del género "Piper"), en grano	15	47	Certificado sanitario del país de origen. Permiso sanitario del Ministerio de Agricultura y Cría
29.23.4.13	29.23.05.04	Glutamato monosódico	40	50	
30.05.1.01	30.05.01.01	Catgut esterilizado para usos quirúrgicos	50	60	
37.03.1.02	37.03.04.02	Papeles y cartulinas para fotografía para imágenes policromas	20	50	
47.01.3.04	47.01.04.03	Pastas químicas de madera al sulfato, blanqueadas de coníferas	20	50	
70.13.0.99	70.13.02.00	Piezas de vajillas de vidrio de bajo coeficiente de dilatación	45	33	Permiso del Ministerio de Hacienda
73.18.9.02	73.18.02.00	Tubos de acero con revestimiento interno de cobre soldados por proceso "brazing"	40	50	Licencia previa del Ministerio de Fomento
82.09.0.03	82.09.89.02	Cuchillos de acero para carnicería y charcutería, para zapateros y los de más de uso profesional	50	40	
82.11.8.02	82.11.03.02	Hojas de afeitar	80	65	
84.47.1.99	84.47.02.01.04	Cepilladora y moldeadora con mesa	35	50	
84.47.6.01	84.47.01.99.01	Sierras de cinta sin fin para madera, excepto las hojas	35	50	

//

1	2	3	4	5	6
84.47.6.02	84.47.01.99.01	Sierras circulares para madera, ex cepto las hojas	35	50	
84.51.1.01	84.51.01.00	Máquinas de escribir eléctricas	3	33	
84.52.1.03	84.52.02.00	Máquinas de calcular electrónicas	10	50	
90.07.1.01	90.07.02.01	Aparatos fotográficos de foco fijo (tipo cajón)	5	40	

//

471

ANEXO II

REGIMEN DE ORIGEN, DECLARACION, CERTIFICACION Y  
COMPROBACION DEL ORIGEN DE LAS MERCADERIAS

//

472

CAPITULO I

Certificación de origen

PRIMERO.- Son originarios de los países signatarios los productos elaborados íntegramente en su territorio, cuando en su elaboración se utilicen exclusivamente materiales originarios y procedentes de los países signatarios.

SEGUNDO.- Serán considerados originarios de los países signatarios los productos incluidos en el Apéndice 1, extraídos, criados o cultivados en el territorio de cualquier país signatario por el solo hecho de ser producidos en su territorio.

TERCERO.- Los productos en cuya elaboración se utilicen materiales que no sean originarios de los países signatarios, también son considerados originarios de los países signatarios, cuando resulten de un proceso de transformación realizado en su territorio, que les confiera una nueva individualidad, caracterizada por el hecho de estar clasificados en la nomenclatura vigente en la Asociación en posición diferente a la de dichos materiales, excepto en los casos de simple montaje, fraccionamiento, envasado y otras operaciones semejantes.

CUARTO.- Los países signatarios fijarán los requisitos específicos que, además del cambio de posición que establece el artículo tercero, deberán tenerse en cuenta para que un producto sea considerado originario de un país signatario. (Ver Apéndice 2).

Mientras no se pongan en vigor dichos requisitos específicos, los productos serán considerados originarios cuando cumplan lo establecido en el artículo tercero, excepto en los casos de simple montaje, fraccionamiento, envasado y otras operaciones semejantes.

QUINTO.- Los productos que resulten de operaciones de montaje o ensamble, realizadas en el territorio de un país signatario serán considerados originarios cuando el valor CIF puerto de destino o CIF puerto marítimo de los materiales no originarios de los países signatarios no exceda del 50 por ciento del valor FAS de dichos productos.

SEXTO.- En la determinación de los requisitos de origen a que se refiere el artículo cuarto, así como en la revisión de los que se hubieren establecido, los países signatarios tomarán como base, individual o conjuntamente, entre otros, los siguientes elementos:

I. Materiales empleados en la producción:

a) Materias primas:

- i) Materia prima preponderante o que confiera al producto su característica esencial; y
- ii) Materias primas principales.

b) Partes o piezas:

- i) Parte o pieza que confiera al producto su característica esencial;
- ii) Partes o piezas principales; y
- iii) Porcentaje de las partes o piezas en relación al peso total.

//

II. Proceso de transformación o elaboración realizado.

III. Proporción máxima del valor de los materiales importados de países no signatarios en relación con el valor total del producto, que resulte del procedimiento de valorización convenido en cada caso. Al aplicarse este procedimiento se considerarán también originarios de los países signatarios, la energía y el combustible utilizados en el proceso de producción así como la depreciación y el mantenimiento de las instalaciones y equipos.

SEPTIMO.- La determinación y revisión de los requisitos de origen se efectuará de común acuerdo y a petición de parte. A esos efectos el país signatario que presente su solicitud deberá proponer y fundamentar los requisitos específicos aplicables -en su opinión- al producto o productos de que se trate.

OCTAVO.- A los efectos del cumplimiento de los requisitos de origen establecidos en el presente Acuerdo, las materias primas, productos intermedios y partes y piezas, originarios del territorio de uno de los países signatarios incorporados por otro de los países signatarios a la elaboración de determinado producto, serán considerados como originarios del territorio de este último.

NOVENO.- El criterio de máxima utilización de materiales de países signatarios no podrá ser utilizado para fijar requisitos que impliquen la imposición de materiales de dichos países signatarios, cuando a juicio de los mismos éstos no cumplan condiciones adecuadas de abastecimiento, calidad y precio.

DECIMO.- No son originarios de los países signatarios los productos que resulten de operaciones o procesos efectuados en el territorio de un país signatario por los cuales adquieran la forma final en que serán comercializados, cuando en dichos procesos utilicen exclusivamente materiales no originarios de los países signatarios y consistan solamente en montajes o ensambles, fraccionamiento en lotes o volúmenes, selección, clasificación, marcación, composición de surtidos de mercancías u otras operaciones o procesos semejantes.

DECIMOPRIMERO.- Se entenderá que la expresión "materiales" comprende las materias primas, productos intermedios y las partes o piezas utilizadas en la elaboración de los productos.

## CAPITULO II

### Declaración y certificación

DECIMOSEGUNDO.- Para que la importación de los productos incluidos en el presente Acuerdo pueda beneficiarse de las reducciones de gravámenes y restricciones otorgadas entre sí por los países signatarios, en la documentación correspondiente a las exportaciones de dichos productos deberá constar una declaración que acredite el cumplimiento de los requisitos de origen establecidos conforme a lo dispuesto en el capítulo anterior.

DECIMOTERCERO.- Con relación a los demás productos, la Declaración a que se refiere el artículo precedente será expedida por el productor final de la mercancía y certificada por una repartición oficial o entidad gremial habilitada del país signatario exportador con personería jurídica, que funcione con autorización legal.

// 474

DECIMOCUARTO.- En todos los casos se utilizará el formulario tipo diseñado de conformidad con los dispositivos del Tratado de Montevideo suscrito el 18 de febrero de 1960 sobre la materia, hasta que no entre en vigencia otro formulario aprobado por la ALADI.

DECIMOQUINTO.- Cada país signatario comunicará a los demás países la relación de las entidades y reparticiones habilitadas para expedir la certificación a que se refiere el artículo decimotercero.

Al habilitar entidades gremiales, los países signatarios procurarán que se trate de organismos preexistentes a la entrada en vigor de este Acuerdo y actúen con jurisdicción nacional, pudiendo delegar atribuciones en otras entidades regionales o locales, cuando así corresponda, pero conservando su responsabilidad por la veracidad de las certificaciones que se expidan.

DECIMOSEXTO.- Cuando un país signatario juzgue que una entidad o repartición habilitada está violando las normas o requisitos de origen vigentes, comunicará el hecho al país signatario exportador.

De no adoptarse medidas para corregir esta situación, y en caso de reiterarse las violaciones, el país signatario que se considere afectado, previa comunicación al otro país, acompañada de las informaciones pertinentes, tendrá el derecho después de transcurridos quince días de la fecha de la comunicación, de no aceptar para sus importaciones los certificados de origen expedidos por la mencionada entidad.

DECIMOSEPTIMO.- Lo establecido en los artículos precedentes no excluye la aplicación de las disposiciones vigentes para cualquier país signatario en relación con las visas consulares.

### CAPITULO III

#### Comprobación

DECIMOCTAVO.- En caso de duda acerca de la autenticidad de las certificaciones o presunción de incumplimiento de los requisitos de origen establecidos en el presente anexo, el país signatario importador no detendrá el trámite de la importación del producto de que se trate, pero podrá, además de solicitar las pruebas adicionales que correspondan, adoptar las medidas que considere necesarias para garantizar el interés fiscal.

DECIMONOVENO.- Las pruebas adicionales que fueren requeridas cuando se produzcan las situaciones mencionadas en el artículo anterior, podrán ser proporcionadas por el productor o el exportador, según corresponda, a través de la autoridad competente de su país, la cual remitirá las informaciones que resulten de las verificaciones que realice. Estas informaciones tendrán carácter confidencial.

//

//

APENDICE 1

PRODUCTOS QUE SON CONSIDERADOS ORIGINARIOS  
POR EL SOLO HECHO DE SER PRODUCIDOS EN EL  
TERRITORIO DE LOS PAISES SIGNATARIOS

(Anexo II, artículo primero, inciso b))

NABALALC	PRODUCTO
09.04.0.01	Pimienta (del género "Piper"), en grano

// 476

APENDICE 2

REQUISITOS ESPECIFICOS DE ORIGEN

(Anexo II, artículo primero, inciso e))

NABALALC	PRODUCTO	REQUISITO ESPECIFICO
73.13.3.01	Chapas de hierro o acero, laminadas en caliente, no revestidas, de menos de 3 mm. de espesor	Deberán ser producidas a partir de los productos incluidos en la posición 73.06, fundidos o transformados en lingotes en los países signatarios